



Carta de Apresentação

Em conformidade com a Circular 3964 – Art. 4º temos ciência do conteúdo e responsabilidade dos documentos contidos nesses arquivos.

Demonstrações financeiras Auditadas em 30 de Junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Relatório da diretoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstração do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Relatório do Comitê de Auditoria

O documento completo está disponível no site da instituição em 30 de agosto de 2021:

<https://www.db.com/brazil/#demonstracoesfinanceiras>.

RUI FERNANDO RAMOS ALVES
Presidente do Comitê de Auditoria

JAIME CASTROMIL LASSALA
Diretor Responsável pela Contabilidade

ELAINE NASCIMENTO
Contadora
CRC 1SP201.003/O-6

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2021 e
31 de dezembro de 2020

Conteúdo	
Relatório da diretoria	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório da Diretoria

Introdução:

Senhores, Autoridades e Clientes,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Diretoria sobre o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”, “Instituição” ou “Deutsche”), relativo ao exercício findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 4 das demonstrações financeiras.

Nosso objetivo com esse relatório é, além de cumprir as determinações legais, prestar mais informações sobre o desenvolvimento de nossos negócios.

Patrimônio líquido/rentabilidade:

O Patrimônio Líquido encerrou o primeiro semestre de 2021 estável em R\$ 1.6 bilhões o mesmo montante apresentado em dezembro de 2020.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/13, apuramos um Patrimônio de Referência no valor de R\$ 1,5 bilhão em junho de 2021 e 30 de dezembro de 2020. O Índice da Basileia e a Razão de Alavancagem do Banco, cujos cálculos são definidos pelo CMN e Bacen, foram apurados em 17,57% e 12,18% respectivamente em 30 de junho de 2021 (18,82% e 12,27 em 31 de dezembro de 2020).

Ativos e fontes de recursos:

Em junho de 2021, o Banco apresentou um total de ativos de R\$ 15,6 bilhões (R\$ 12,5 bilhões em Dez/2020).

No Ativo, destacamos as seguintes linhas de variações no exercício:

- Títulos e valores mobiliários – Aumento no portfólio em aproximadamente R\$ 500 milhões originados da carteira de negociação.
Ao final do semestre o Banco possuía R\$ 200 milhões em títulos e valores imobiliários na categoria “Mantidos até o vencimento”, conforme Circular no 3068/01 do Banco Central do Brasil. O Banco tem a capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.
- Derivativos – Aumento no portfólio em aproximadamente R\$ 100 milhões originados substancialmente das variações dos valores de mercado (PTAX) e pelo registro de novas operações de Swap e NDF.
- Carteira de créditos – Aumento no montante da carteira no volume aproximado de R\$ 91 milhões impactado por novas operações de conta garantida.
- Carteira de câmbio/arbitragem (incluindo Adiantamentos sobre contratos de câmbio) – O saldo da carteira em junho de 2021 apresentou uma aumento de R\$ 2.5 bilhão no período.

No Passivo, destacamos as seguintes linhas de variações:

- Depósitos a prazo – Aumento em aproximadamente R\$ 650 milhões, justificado por captações de clientes em ramos pulverizados.
- Empréstimos no exterior – Redução de aproximadamente R\$ 700 milhões no volume de captações de curto prazo junto a empresas do grupo.

Gestão Corporativa de Risco:

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III, a Instituição vem atualizando suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, cumprindo o cronograma delineado pelos reguladores, quanto à obtenção e divulgação de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e nas análises dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das linhas de negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm objetivos direcionados a subsidiar a direção executiva, órgãos supervisores, auditorias e clientes do Banco, de informações que delineiam a gestão corporativa dos riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

Conforme determinado pelo Banco Central as estruturas das áreas de gestão de riscos e gerenciamento de capital do Banco, assim como a divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pelas Circulares nºs 3.678 e 3.930, no âmbito da Resolução nº 4.557, também estão disponíveis no endereço de acesso público: <https://www.db.com/brazil/index.html#governancacorporativa>

Atuação:

Presente no Brasil desde 1911, o Deutsche Bank é um banco múltiplo com carteira comercial e de investimento. No país, atua na estruturação de operações no mercado financeiro, além de operações de tesouraria e financiamento. Oferece também serviços de gerenciamento de caixa, câmbio e derivativos, originação e estruturação de operações.

Com estrutura global e experiência local, o Deutsche Bank Brasil oferece soluções inovadoras para grandes empresas nacionais e internacionais, instituições financeiras, investidores locais e estrangeiros. O Deutsche tem como missão ser o principal fornecedor global de soluções financeiras para os seus clientes, criando valor excepcional para acionistas, colaboradores e comunidades nos locais em que atua. Em complemento, a instituição engloba o cliente como prioridade, está aberta a novas ideias e mudanças por meio da inovação e contém parceria e disciplina como pré-requisitos para fornecer um serviço de excelência, estando em linha com valores como integridade e desempenho sustentável.

O grupo Deutsche Bank é uma das maiores instituições financeiras do mundo. A atuação do banco local e global foi premiada em 2018. Pelo segundo ano consecutivo, o Deutsche Bank foi reconhecido pelo Euromoney Trade Finance Survey como “Best Trade Finance Provider in Western Europe and Asia Pacific” em 2018 e como “Best Trade Finance in Brazil” e “Best Global Trade Finance Provider” em 2017. Ainda em 2017, a atuação do Banco em derivativos e investimento foram reconhecidas pela Risk Magazine nas categorias “Institutional Investment Product of the Year” e “Currency Derivatives House of the Year”. Em 2020, o Banco recebeu da Euromoney o prêmio de “World’s Best Bank Transformation”, demonstrando o empenho da instituição em focar novamente em suas melhores competências, ser mais eficiente e melhor posicionado para o futuro.

Atividades culturais e sociais:

O Deutsche busca criar capital social em todas as regiões em que opera por meio do investimento em projetos culturais e sociais.

As ações de Responsabilidade Corporativa estão amparadas pelas unidades regionais do Banco e, globalmente, pela Fundação Deutsche Bank. No Brasil, o Deutsche Bank e a Fundação Deutsche Bank Américas atuam de maneira conjunta em projetos de entidades não governamentais sem fins lucrativos, em linha com a estratégia global de Responsabilidade Corporativa do Banco, relacionados às áreas de cidadania corporativa: Educação, Investimento Social, Arte & Música, Sustentabilidade e Voluntariado.

O Deutsche Bank Brasil realiza ações de Responsabilidade Corporativa por meio de iniciativas da Fundação Deutsche Bank e usando recursos de Leis de Incentivo Fiscal (FUMCAD, CONDECA, Lei do Esporte, Rouanet, Fundo do Idoso, PRONON e PRONAS). Para mais informações sobre as atividades culturais e sociais do Deutsche Bank no Brasil, visite nossa “Home Page” www.db.com/brasil.

Home page:

Convidamos nossos clientes e parceiros a visitarem nossa “*Home Page*” www.db.com/brasil, por meio da qual temos satisfação em disponibilizar informações detalhadas sobre as atividades operacionais e demonstrações financeiras do Deutsche Bank no Brasil.

São Paulo, 26 de agosto de 2021

A Diretoria (na data do Relatório)

Betina Machado Ferraz

Eduardo Saito

Guilherme Bernasconi Daniel

Jaime Castromil Lassala – Diretor Responsável pela Contabilidade

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Ricardo Andrade Cunha

Rui Fernando Ramos Alves

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas do
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com o determinado pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa nº 9, em 30 de junho de 2021, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 2.186.478 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 131.405 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; e (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, para as quais as diferenças temporárias são decorrentes principalmente de despesas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e benefícios pós-emprego.

Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela Administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela Administração do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia (“ITGCs”) implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliar na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Building a better
working world

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

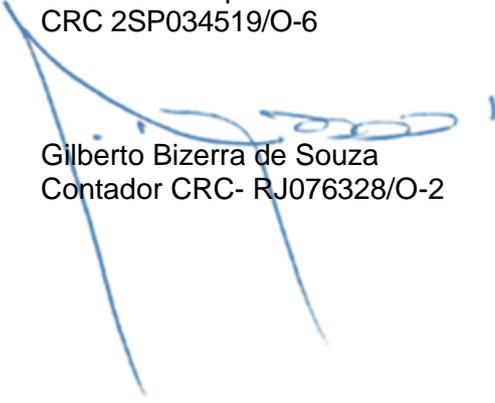
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6



Gilberto Bizerra de Souza
Contador CRC- RJ076328/O-2



Marília Nascimento Soares
Contadora CRC-SP301194/O-9

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)

		Notas	<u>Jun-2021</u>	<u>Dez-2020</u>
Ativo				
Circulante			<u>12.864.351</u>	<u>11.109.887</u>
Disponibilidades	5		<u>605.769</u>	<u>1.587.601</u>
Instrumentos Financeiros			<u>12.024.040</u>	<u>9.335.279</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6		3.416.952	2.930.637
Carteira de câmbio	10		5.367.754	3.326.717
Títulos e valores mobiliários	7		1.133.515	1.064.524
Instrumentos financeiros derivativos	8		461.538	389.840
Títulos e créditos a receber	9		925.719	954.313
Operações de crédito	9		718.562	669.248
Outros Ativos			<u>237.585</u>	<u>188.987</u>
Relações interfinanceiras			25	25
Negociações e intermediação de valores			136.490	32.795
Rendas a receber			2.462	1.622
Despesas antecipadas			935	710
Diversos	11		97.673	153.835
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9		<u>(3.043)</u>	<u>(1.980)</u>
Não circulante			<u>2.772.802</u>	<u>1.402.661</u>
Realizável a longo prazo				
Instrumentos Financeiros			<u>2.215.782</u>	<u>859.052</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6		110.001	-
Carteira de câmbio	10		603.418	121.278
Títulos e valores mobiliários	7		984.239	304.912
Instrumentos financeiros derivativos	8		351.277	300.160
Títulos e créditos a receber	9		26.091	34.038
Operações de crédito	9		140.756	98.664
Outros Ativos			<u>344.211</u>	<u>313.012</u>
Créditos por avais e fianças honrados			42.715	42.715
Diversos	11		296.912	270.155
Outros investimentos			142	142
Rendas a Receber			3.957	-
Despesas antecipadas			485	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9		<u>(45.072)</u>	<u>(43.012)</u>
Crédito Tributário	12		<u>257.881</u>	<u>273.609</u>
Imobilizado de uso			<u>12.677</u>	<u>14.142</u>
Outras imobilizações de uso			59.160	58.813
Depreciações acumuladas			(46.483)	(44.671)
Total do ativo			<u><u>15.649.830</u></u>	<u><u>12.526.690</u></u>

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido		<u>Jun-2021</u>	<u>Dez-2020</u>
Circulante		12.366.174	8.925.622
Intrumentos Financeiros		11.489.026	8.701.864
Depósitos Interfinanceiros	13	43.000	0
Depósitos	13	3.555.780	2.521.040
Obrigações por empréstimos e repasses	14	2.274.867	3.000.983
Instrumentos financeiros derivativos	8	341.480	280.832
Carteira de cambio	10	5.273.899	2.899.009
Provisões	17	79.396	12.091
Outras obrigações		797.752	211.667
Relações interdependencias		672.458	79.795
Fiscais e previdenciárias	15	9.128	36.365
Negociações e intermediação de valores		61.056	60.131
Diversas	16	54.352	35.156
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		758	220
Não circulante		1.686.529	2.006.052
Intrumentos Financeiros		1.432.048	1.662.032
Depósitos Interfinanceiros	13	118.658	126.885
Depósitos	13	231.823	642.126
Instrumentos financeiros derivativos	8	473.221	772.851
Carteira de cambio	10	608.346	120.170
Provisões	17	234.397	300.326
Outras obrigações		20.084	43.694
Diversas	16	20.084	43.694
Resultados de exercícios futuros		6.963	4.144
Resultados de exercicios futuros		6.963	4.144
Patrimonio Líquido		1.590.164	1.590.872
Capital Social		996.551	996.551
De domiciliados no exterior		996.551	996.551
Reservas de capital		593.613	594.321
Reservas de lucros		610.826	607.103
Ajustes de avaliação patrimonial		(17.213)	(12.782)
Total do passivo		15.649.830	12.526.690

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Demonstrações de Resultados - Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

		final db 2708	
		Jun. 2021	Jun. 2020
Receitas da intermediação financeira		208.760	148.270
	Operações de crédito	30.677	54.068
	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	36.071	47.833
	Resultado com instrumentos financeiros e derivativos	142.012	-
	Resultado de operações de câmbio 22(g)	-	46.369
Despesas de intermediação financeira		(110.453)	(119.296)
	Operações de captação no mercado	(35.997)	(24.744)
	Operações de empréstimos e repasses	(8.578)	(28.670)
	Resultado com instrumentos financeiros e derivativos	-	(24.832)
	Resultado de operações de câmbio 22(g)	(67.889)	-
	Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.011	(41.050)
Resultado bruto da intermediação financeira		98.307	28.974
Outras receitas / (despesas) operacionais		(75.220)	(44.261)
	Receitas de prestação de serviços 22(b)	49.651	46.300
	Despesas de pessoal	(87.191)	(72.219)
	Outras despesas administrativas 22(d)	(55.674)	(40.012)
	Despesas tributárias	(10.166)	(10.225)
	Outras receitas operacionais 22(e)	36.329	53.184
	Outras despesas operacionais 22(f)	(8.169)	(21.289)
Resultado operacional		23.087	(15.287)
Resultado não operacional		(4)	(52)
Resultado antes dos tributos e participações		23.083	(15.339)
Imposto de renda e contribuição social		(19.360)	7.392
	Imposto de renda corrente 21	(1)	(12.165)
	Contribuição social corrente 21	(6)	(9.703)
	Ativo fiscal diferido 21	(19.353)	29.260
Lucro/(Prejuízo) líquido semestre		3.723	(7.947)
Quantidade de ações		801.494.530	801.494.530
Lucro/(Prejuízo) por ação - R\$		0,00	(0,01)

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Demonstrações de Resultados Abrangentes - Semestre findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Banco	
	Jun-2021	Jun-2020
Lucro/Prejuízo Líquido do semestre	3.723	(7.947)
Outras receitas (despesas) reconhecidas	(4.431)	1.390
TVM disponível para venda-líquido de efeito tributário	(4.431)	1.390
Ajuste Atuarial	-	-
Resultado Abrangente do semestre	(708)	(6.557)

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social	Reservas de lucros	Ajustes de aval. patrimonial	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)		996.551	655.875	(17.227)	-	1.635.199
Resultado do semestre		-	-	-	(7.947)	(7.947)
Outras reservas	20(c)	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	20(c)	-	-	1.390	-	1.390
Saldos em 30 de junho de 2020		996.551	655.875	(15.837)	(7.947)	1.628.642
Saldos em 31 de dezembro de 2020		996.551	607.103	(12.782)	0	1.590.872
Resultado do semestre		-	-	-	3.723	3.723
Outras reservas	20(c)	-	3.723	-	(3.723)	0
Ajustes de avaliação patrimonial	20(c)	-	-	(4.431)	-	(4.431)
Saldo em 30 de junho de 2021		996.551	610.826	(17.213)	0	1.590.164

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
Demonstrações dos fluxos de caixa - semestres em 30 de Junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(1.639.358)	(569.318)
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre	3.723	(7.947)
Despesas/(receitas) que não afetam o caixa:	62.051	14.322
Despesas de depreciação e amortização	22(d) 1.812	1.593
Provisão para passivos contingentes	18 (39)	1.963
Despesas com atualização monetárias de processos judiciais	22(f) 1.025	(2.414)
Receitas com atualização depósitos judiciais	22(e) (1.958)	-
Efeitos da variação cambial nas operações de câmbio-ativo	(16.282)	-
Efeitos da variação cambial nas operações de câmbio-passivo	8.578	-
Efeitos da variação cambial nos empréstimos e repasses	56.004	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.011)	41.050
Impostos diferidos	19.353	(29.260)
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.431)	1.390
Variação de ativos e passivos	(1.705.132)	(575.693)
Resultados de exercícios futuros	2.819	(1.562)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.036.310)	(739.333)
Títulos e valores mobiliários	(748.318)	(136.937)
Títulos e créditos a receber	36.540	-
Operações de crédito	(91.406)	(400.191)
Instrumentos financeiros derivativos (líquido do passivo)	(361.799)	210.396
Carteira de câmbio	347.593	-
Outras Obrigações	6.510	(20.047)
Crédito tributário	(3.625)	-
Depósitos	624.437	1.083.011
Depósitos interfinanceiros	34.773	-
Negociação e intermediação de valores	(102.770)	-
Rendas a receber	(4.796)	-
Despesas antecipadas	(710)	-
Diversos	25.966	(571.030)
Relações interdependências	592.663	-
Fiscais e previdenciárias	(27.237)	-
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	538	-
Caixa nas atividades de investimentos	(347)	(5.638)
Baixas em imobilizado de uso	(347)	(5.638)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento	(782.120)	349.970
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(782.120)	399.970
Dividendos e juros sobre o capital próprios	-	(50.000)
Aumento / (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(2.421.824)	(224.986)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Início do período	5 4.120.595	1.804.623
Fim do período	5 1.698.768	1.579.637
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.421.827)	(224.986)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”), com sede em São Paulo - SP, está organizado sob a forma de banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio. O Banco é uma subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft com sede em Frankfurt - Main, Alemanha.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto e os valores de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações em operações compromissadas, com conversibilidade imediata, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e as reservas no BACEN.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução do Bacen nº 2 de 12 de agosto de 2020 foram incluídas nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com a do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 26 de agosto de 2021.

3 Consolidação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Banco estão apresentadas de forma individual. As atividades da Agência no exterior – Uruguai foram encerradas em 2017. Sendo que a repatriação dos investimentos ocorreram entre 2016 e 2017. A expectativa dos assessores jurídicos externos é que o Banco Central do Uruguai deverá concluir o processo de encerramento até o final de 2021.

4 Descrição das principais práticas contábeis

Principais práticas contábeis:

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O Bacen aprovou os seguintes pronunciamentos: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1)- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, CPC 41 - Resultado por Ação e CPC 46 – Mensuração do valor Justo.

Adicionalmente, o Bacen editou as resoluções abaixo visando a redução de assimetrias em relação aos padrões internacionais:

Resolução nº 3.533/08 - Estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Resolução nº 4.512/16 - Dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas

Resolução nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.

Resolução nº 4.534/16 e 4.535/16- Dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, ativo diferido e ativo imobilizado de uso.

Resolução nº 4.636/18 - Estabelece critérios e condições para a divulgação, em notas explicativas, de informações sobre partes relacionadas

Resolução nº 4.720/19 - Dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras.

Resolução nº 4.747/19 - Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda. Esta resolução entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2021.

Resolução nº 4.818/20 e Resolução do Bacen nº2/2020 - Dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras

A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização do imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração de resultados

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração nas categorias de títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

O Banco apresenta em sua carteira as seguintes categoria:

Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.

Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“*accrual*”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (“*hedge*”).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são avaliadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Adicionalmente, em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos efetuados como “*hedge*” de risco de mercado são realizados para atender as demandas de clientes, bem como atender as necessidades de administrar a exposição global de risco.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionados às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como “*hedge*” de acordo com sua natureza:

- i) “*Hedge*” de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.
- ii) “*Hedge*” de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de “*hedge*” dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, são contabilizadas pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do “*hedge*” é reconhecida diretamente na demonstração de resultados.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 não houve “*hedge accounting*”.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez, depósitos e captações no mercado aberto

As operações prefixadas são registradas pelo valor do principal acrescido pelos respectivos encargos, retificadas pelas rendas/despesas a apropriar, cuja apropriação pro rata dia, é reconhecida no decorrer dos prazos contratuais.

As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal e acrescidas de encargos contratuais pro rata dia.

e. Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações de venda e transferência de ativos financeiros com retenção substancial de todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação são registradas e demonstradas conforme determina a Resolução CMN nº 3.533/08, que está em vigor desde 1º de janeiro de 2012:

- i) As receitas são apropriadas mensalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente das operações de acordo com as taxas contratuais pactuadas; e
- ii) Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do semestre, pelo prazo remanescente da operação.

Nos semestres findos em 30 de junho 2021 e o exercício findos em 31 de dezembro de 2020 houve compras de ativos financeiros, conforme descrito na nota 9b.

f. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de operações de empréstimos, financiamentos, repasses e adiantamentos sobre contratos de câmbio. Foram observadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 da CMN. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. As classificações das operações estão consoantes aos requerimentos aplicados da Resolução CMN nº 2.682/99.

g. Saldos em moeda estrangeira

Os valores (ativos e passivos) em moedas estrangeiras estão atualizados às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do período e são acrescidas de encargos contratuais atualizados pro rata dia.

h. Imobilizado

Até dezembro de 2016 o ativo imobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais eram de 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados estão sendo reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

i. Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.

j. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos “Bancos” de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

No dia 1º de março de 2021, foi aprovada a Medida Provisória Nº 1.034 pela qual passam a vigorar novas alíquotas de CSLL. Para a contribuição social ficou estabelecida a alíquota de 25% até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% a partir do dia 1º de janeiro de 2022.

k. Redução do valor recuperável de ativos “impairment”

O CPC 01, conforme recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos “impairment”.

De acordo com a Resolução, os ativos são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. A Administração avalia anualmente os ativos para fins de “*impairment*”.

5 Caixa e equivalente de caixa

Os valores do caixa e equivalentes de caixa, apresentados nas Demonstrações dos Fluxo de Caixa, são compostos conforme segue:

	Jun/2021	Dez/2020
Disponibilidades e reservas no Banco Central*	605.769	1.587.602
Aplicações em operações compromissadas**	1.092.999	2.532.993
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.698.768	4.120.595

*O saldo total de disponibilidades em moeda estrangeira monta R\$ 572.405 em Jun/21 (Dez/2020 R\$ 1.565.543) sendo com partes relacionadas são R\$ 568.547 em Dez/20 (Dez/20 R\$ 1.564.720);

**Referem-se às aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da efetiva da aplicação foi inferior a 90 dias.

6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Os lastros que compõem o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstrados a seguir:

	Jun/2021	Dez/2020
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.499.994
Notas do Tesouro Nacional - Série B	390.000	1.032.999
Letras do Tesouro Nacional	702.999	-
Total de aplicações em operações compromissadas	1.092.999	2.532.993
Aplicações em depósitos interfinanceiros	226.874	397.644
Aplicações em moeda estrangeira (nota 19)	2.207.080	-
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	3.526.953	2.930.637

Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Jun/2021			
	Valor contábil por faixa de vencimento			
	Custo Atualizado	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Total
Aplicações em operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro	702.999	702.999	-	702.999
Notas do Tesouro Nacional – Série B	390.000	390.000	-	390.000
Total em aplicações mercado aberto	1.092.999	1.092.999	-	1.092.999
Aplicações interfinanceiras				
Depósitos interfinanceiros	226.874	116.873	110.001	226.874
Moeda estrangeira	2.207.080	2.207.080	-	2.207.080
Total aplicações interfinanceiras de liquidez	3.526.953	3.416.952	110.001	3.526.953

**Aplicações interfinanceiras de liquidez
por faixas de vencimento**

Valor contábil	Dez/2020			
	Valor contábil por faixa de vencimento			
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro	1.499.994	1.499.994	-	1.499.994
Notas do Tesouro Nacional - Série B	1.032.999	1.032.999	-	1.032.999
Total em aplicações mercado aberto	2.532.993	2.532.993	-	2.532.993
Aplicações interfinanceiras				
Depósitos interfinanceiros	397.644	279.632	118.012	397.644
Total aplicações interfinanceiras de liquidez	2.930.637	2.812.625	118.012	2.930.637

7 Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários apresentada no balanço patrimonial está classificada de acordo com os critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.068/01.

Os títulos públicos federais estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). As Debêntures e as cotas de Fundos de Investimento são custodiados na B3.

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo

Os quadros apresentados a seguir, consideram, para efeito de segregação por prazo, o vencimento de cada título.

Títulos e valores mobiliários por tipo	Jun/2021		Dez/2020	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos para negociação	1.143.412	1.129.307	655.216	659.150
Letras do Tesouro Nacional	911.101	897.748	537.626	538.871
Notas do Tesouro Nacional - Série B	3.545	3.551	718	725
Notas do Tesouro Nacional - Série F	228.766	228.008	116.872	119.554
Disponível para venda	792.371	784.925	709.676	710.286
Letras do Tesouro Nacional	756.934	749.488	563.050	566.342
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	111.622	108.940
Cotas de fundos de investimentos	35.437	35.437	35.004	35.004
Mantidos até o vencimento	203.523	216.930		
Debêntures (*)	203.523	216.930		
Total	2.139.306	2.131.162	1.364.892	1.369.436

	Jun/2021					Valor de Mercado
	Custo Atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Títulos para negociação						
Letras do Tesouro Nacional	911.101	-	475.857	384.920	36.971	897.748
Notas do Tesouro Nacional-Serie B	3.545	-	-	-	3.551	3.551
Notas do Tesouro Nacional-Serie F	228.766	-	-	27.492	200.516	228.008
Disponível para venda						
Letras do Tesouro Nacional	756.934	-	657.658	91.830	-	749.488
Cotas de fundos de investimentos	35.437	-	-	-	35.437	35.437
Mantidos até o vencimento						
Debêntures (*)	203.523	-	-	203.523	-	203.523
Total	2.139.306	-	1.133.515	707.765	276.475	2.117.755

Títulos para negociação	Dez/2020				
	Custo Atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos

	Custo Atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Valor de Mercado
Letras do Tesouro Nacional	537.626	-	343.035	161.989	33.847	538.871
Notas do Tesouro Nacional-Serie B	718	-	709	-	16	725
Notas do Tesouro Nacional-Serie F	116.872	-	-	57.666	61.888	119.554
Disponível para venda						
Letras do Tesouro Nacional	563.050	-	296.434	269.908	-	566.342
Letras Financeiras do Tesouro	111.622	108.940	-	-	-	108.940
Cotas de fundos de investimentos	35.004	-	-	-	35.004	35.004
Total	1.364.892	108.940	640.178	489.563	130.755	1.369.436

(*) As debentures estão classificadas como mantidos até o vencimento e são avaliadas pelo custo amortizado. Caso fossem avaliados a valor de mercado apresentaria em 30 de junho 2021 um ajuste positivo de R\$ 13.407. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da operação em 30 de junho 2021 foi de R\$2.035.

8 Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros tem por objetivo principal proporcionar aos clientes proteção contra eventuais riscos provenientes de oscilações de moeda e de taxa de juros. Além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração diária dos riscos assumidos em suas operações proprietárias.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) ou agente de mercado, quando necessário.

Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

Futuros e termo: cotações extraídas da B3;

Swap: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas pontas, utilizando preços da B3, descontando a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3;

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do Banco Central do Brasil.

Demonstramos a seguir a composição da carteira de derivativos para os semestres findos em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro 2020:

Instrumentos financeiros derivativos por modalidade	Jun/2021				
	Valor de referência	Ativo		Passivo	
		Curva	Mercado	Curva	Mercado
Swaps	6.132.559	451.174	385.343	(649.973)	(676.289)
Swaps Locais	6.132.559	451.174	385.343	(649.973)	(676.289)
Futuros	21.125.743	-	-	-	-
US\$ - compra	8.283.685	-	-	-	-
US\$ - venda	431.755	-	-	-	-
DI - compra	-	-	-	-	-
DI - venda	12.410.303	-	-	-	-
Operações a termo	10.722.721	513.564	427.472	(180.071)	(138.412)
Moedas e Commodities (NDF)	10.722.721	513.564	427.472	(180.071)	(138.412)
Total	37.981.023	964.600	812.815	(829.907)	(814.701)

Instrumentos financeiros derivativos por modalidade	Dez/2020				
	Valor de referência	Ativo		Passivo	
		Curva	Mercado	Curva	Mercado
Swaps	5.115.929	219.615	326.901	(660.203)	(772.692)
Swaps Locais	5.115.929	219.615	326.901	(660.203)	(772.692)
Futuros	14.303.945	-	-	-	-
US\$ - compra	7.475.402	-	-	-	-
US\$ - venda	96.774	-	-	-	-
DI - compra	-	-	-	-	-
DI - venda	6.731.769	-	-	-	-
Operações a termo	7.510.631	364.784	363.099	(286.310)	(280.991)
Moedas e Commodities (NDF)	7.510.631	364.784	363.099	(286.310)	(280.991)
Total	26.930.505	584.399	690.000	(946.513)	(1.053.683)

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados e custodiados na B3:

Instrumentos financeiros derivativos por faixas de vencimento	Jun/2021				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swaps	-	42.028	9.105	334.210	385.343
Operações a termo	144.479	275.031	7.524	438	427.472
Total	144.479	317.059	16.629	334.648	812.815

Passivo					
Swaps	-	(210.879)	(337.033)	(128.377)	(676.289)
Operações a termo	<u>(106.691)</u>	<u>(23.910)</u>	<u>(7.745)</u>	<u>(66)</u>	<u>(138.412)</u>
Total	<u>(106.691)</u>	<u>(234.789)</u>	<u>(344.778)</u>	<u>(128.443)</u>	<u>(814.701)</u>

Instrumentos financeiros derivativos por faixas de vencimento	Dez/2020				
Valor de mercado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swaps	40.184	-	1.618	285.099	326.901
Operações a termo	<u>182.964</u>	<u>166.692</u>	<u>13.443</u>	<u>-</u>	<u>363.099</u>
Total	<u>223.148</u>	<u>166.692</u>	<u>15.061</u>	<u>285.099</u>	<u>690.000</u>

Passivo					
Swaps	-	-	(624.347)	(148.345)	(772.692)
Operações a termo	<u>(236.886)</u>	<u>(43.946)</u>	<u>(159)</u>	<u>-</u>	<u>(280.991)</u>
Total	<u>(236.886)</u>	<u>(43.946)</u>	<u>(624.506)</u>	<u>(148.345)</u>	<u>(1.053.683)</u>

Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação	Jun/2021		
Valor de mercado	Swaps	Op. a termo	Total
Ativo			
Balcão	<u>385.343</u>	<u>427.472</u>	<u>812.815</u>
Total	<u>385.343</u>	<u>427.472</u>	<u>812.815</u>

Passivo			
Balcão	<u>(676.289)</u>	<u>(138.412)</u>	<u>(814.701)</u>
Total	<u>(676.289)</u>	<u>(138.412)</u>	<u>(814.701)</u>

Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação	Dez/2020		
Valor de mercado	Swaps	Op. a termo	Total
Ativo			
Balcão	<u>327.594</u>	<u>364.070</u>	<u>691.664</u>
Total	<u>327.594</u>	<u>364.070</u>	<u>691.664</u>

Passivo			
Balcão	<u>(772.692)</u>	<u>(280.991)</u>	<u>(1.053.683)</u>
Total	<u>(772.692)</u>	<u>(280.991)</u>	<u>(1.053.683)</u>

9 Operações de crédito e garantias financeiras prestadas

As operações de crédito, os adiantamentos sobre contrato de câmbio classificados como redutor de obrigações por compra de câmbio, bem como títulos e créditos a receber, classificados como outros créditos - diversos, têm seu perfil apresentados a seguir:

	Jun/2021	Dez/2020
Financiamentos à importação e exportação	73.573	152.700
Empréstimos	633.708	463.371
Títulos descontados	152.037	151.841
Total de operações de crédito	859.318	767.912
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC/ACE) (nota 10)	126.332	367.392
Compra de recebíveis	951.810	988.351
Rendas a receber de ACC (nota 10)	2.778	6.918
Créditos por avais e fianças honrados	42.715	42.715
Total de operações de crédito e outros créditos antes da provisão	1.982.953	2.173.288
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(48.115)	(44.992)
Provisão sobre garantias prestadas (nota 17)	(83.290)	(88.424)
Total	(131.405)	(133.416)

O Banco adota critérios de provisionamento específicos para operações cuja natureza e finalidade sejam distintas da classificação de crédito da contraparte, refletindo assim de maneira clara o risco de fato relacionado a estas operações de crédito. Para tanto, a estrutura da operação de crédito é avaliada, levando-se em consideração os mitigadores de risco, os quais reduzam significativamente o risco de crédito da operação, através da melhora da classificação de crédito da operação em relação à contraparte.

a. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas.

	Jun/2021	Dez/2020
Saldo inicial	(133.416)	(9.155)
Constituições no semestre / exercício	(35.311)	(186.923)
Reversões no semestre / exercício	37.322	62.662
Provisão para crédito, outros créditos e garantias prestadas	(131.405)	(133.416)

a.1 Resultado de Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas.

Nos semestres findos de 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não houve recuperação de crédito baixado para prejuízo. No primeiro semestre de 2021 e no exercício de 2020 não houve baixas para prejuízo.

No 1º semestre de 2021 não houve renegociação de crédito. No exercício findos em 31 de Dezembro de 2020 houve uma renegociação de crédito realizada com empresa do setor aéreo.

b. Composição por modalidade e vencimento

Vencimento / Produto	Capital de giro	Financ import / export (1)	Conta garantida	Outros emp e créditos (2)	Recebíveis / Tít. Créd. a receber (3)	ACC / ACE	Títulos descontados	Jun/2021	Dez/2020
Vencidos	-	-	-	42.715	876	-	-	43.591	48.730
A vencer até 30 dias	36.515	1.003	18.154	37	345.830	2.557	7.114	411.210	422.915
De 31 a 60 dias	4.620	-	34.870	78	284.528	4.734	9.900	338.730	327.280
De 61 a 90 dias	19.389	19.188	133.255	43	184.260	1.919	6.600	364.654	573.492
De 91 a 120 dias	52.720	1.220	27.769	2.469	78.407	105.470	6.355	274.410	193.850
De 121 a 180 dias	51.131	15.136	79.473	25	21.633	1.948	17.726	187.072	252.681
De 181 a 360 dias	44.339	37.026	55.017	126	10.186	9.704	40.041	196.439	221.491
Acima de 361 dias	76.456	-	-	-	26.090	-	64.301	166.847	132.849
Total	285.170	73.573	348.538	45.493	951.810	126.332	152.037	1.982.953	2.173.288

(1) Repasse sob a Resolução CMN nº 3.844/10: R\$ 53.062 (Dez/2020 - R\$ 134.165) / COMPROR: R\$ 20.511 (Dez/2020 - R\$18.534).

(2) Rendas ACC/ACE: R\$ 2.778 (Dez/2020 - R\$6.918)

(3) Refere-se à compra de recebíveis sem coobrigação no montante de R\$ 380.709 (Dez/2020 - R\$ 482.836); a operação de "Supplier finance" no montante de R\$ 571.102 (Dez/2020 - R\$ 505.515);

c. Distribuição dos produtos de crédito por atividade econômica

Atividade Econômica / Produto	Capital de giro	Financ import / export	Conta garantida	Outros emp e créditos	Recebíveis / Tít. Créd. a receber	ACC / ACE	Títulos descontados	Jun/2021	Dez/2020
Siderurgia e metalurgia	4.003	-	-	-	304	-	-	4.307	7.690
Agropecuário	-	-	-	-	-	-	-	-	25.899
Comércio	-	24.812	30.166	68	67.420	3.867	-	126.333	193.190
Alimentos e bebidas	-	30.082	-	2.502	461.859	109.437	-	603.880	683.012
Máquinas e equipamentos	80.177	15.138	38.914	49	163.335	3.443	-	301.056	294.755
Outros	48.161	-	224.088	42.792	50.943	4.163	-	370.147	301.215
Químico e petroquímico	89.001	-	4.064	-	160.344	-	-	253.409	140.532
Telecomunicações	449	-	-	-	-	-	-	449	430
Eletroeletrônicos	3.242	3.541	51.306	-	7.098	-	152.037	217.224	198.578
Automotivo	52.007	-	-	-	40.507	-	-	92.514	109.889
Construção e imobiliário	8.130	-	-	82	-	5.422	-	13.634	7.095
Transportes	-	-	-	-	-	-	-	-	211.003
Total	285.170	73.573	348.538	45.493	951.810	126.332	152.037	1.982.953	2.173.288

d. Composição por faixa de vencimento e níveis de risco

	Classificação de Risco					Jun/2021	Dez/2020
	AA	A	B	C	H		
Vencidos	13	863	-	-	42.715	43.591	48.730
A vencer até 30 dias	348.517	59.616	3.080	-	-	411.213	422.915
De 31 a 60 dias	273.731	58.687	6.312	-	-	338.730	327.280
De 61 a 90 dias	288.848	62.781	13.023	-	-	364.652	573.492
De 91 a 120 dias	257.949	8.322	8.137	-	-	274.408	193.850
De 121 a 180 dias	76.474	25.801	84.796	-	-	187.073	252.681
De 181 a 360 dias	111.074	70.455	11.309	3.602	-	196.440	221.491
Acima de 361 dias	78.903	64.438	23.506	-	-	166.847	132.849
Total	1.435.510	350.963	150.163	3.602	42.715	1.982.953	2.173.288
Total da Provisão	0	1.755	1.502	108	42.715	46.080	
Provisão (%)	0.00%	0.50%	1.00%	3.00%	100%		

e. Composição por modalidade de operação e níveis de risco

	Classificação de Risco					Jun/2021	Dez/2020
	AA	A	B	C	H		
Financiamento à importação / exportação	69.271	-	4.302	-	-	73.573	152.700
ACC / ACE	118.302	-	8.030	-	-	126.332	367.392
Conta garantida	183.707	83.892	80.939	-	-	348.538	243.127
Capital de giro	264.058	449	17.062	3.602	-	285.171	220.244
Recebíveis	797.539	114.586	39.686	-	-	951.811	988.351
Títulos descontados	-	152.036	-	-	-	152.036	151.841
Outros empréstimos	2.633	-	144	-	42.715	45.492	49.633
Total	1.435.510	350.963	150.163	3.602	42.715	1.982.953	2.173.288

f. Concentração das operações de crédito

	Saldo Jun/2021	% Carteira	Saldo Dez/2020	% Carteira
10 maiores emitentes/clientes	1.177.808	60,39	1.332.315	61,30
50 seguintes maiores emitentes/clientes	786.586	38,65	812.365	37,38
100 seguintes maiores emitentes/clientes	18.559	0,96	28.608	1,32
Total	1.982.953	100,00	2.173.288	100,00

10 Carteira de câmbio

	Jun/2021		Dez/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Obrigações por compra de câmbio	-	3.272.630	-	1.832.564
Câmbio comprado a liquidar	3.066.632	-	1.959.573	-
Direitos sobre venda de câmbio	2.901.873	-	1.481.747	-
Câmbio vendido a liquidar	-	2.735.947	-	1.554.007
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9)	2.778	-	6.918	-
Adiantamentos em moeda estrangeira recebidos	(111)	-	(243)	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 9)	-	(126.332)	-	(367.392)
Total	5.971.172	5.882.245	3.447.995	3.019.179

11 Diversos

	Jun/2021	Dez/2020
Depósitos judiciais (a)	267.277	253.225
Imposto de renda a compensar	18.733	35.867
Serviços prestados a receber - empresas exterior (b)	89.021	117.645
Adiantamentos, antecipações salariais e outros	18.934	16.639
Pagamento a ressarcir	620	614
Total	394.585	423.990

(a) Segue composição do saldo de depósitos judiciais:

	Jun/2021	Dez/2020
Demandas ISS	17.859	13.398
Depósitos previdenciários	176.463	175.354
Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis	6.421	2.929
Demandas COFINS	37.076	36.717
Outras demandas tributárias	29.458	24.827
Total	267.277	253.225

(b) O valor é composto substancialmente por valores a receber do contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades (nota 19).

12 Créditos tributários e impostos diferidos

Segue composição dos valores ativos e passivos relacionados ao diferimento de tributos:

	Jun/2021			Dez/2020		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Crédito Tributário (a)						
Diferenças temporárias	81.637	65.309	146.946	95.130	76.104	171.234
	81.637	65.309	146.946	95.130	76.104	171.234
Crédito Tributário						
Prejuízo fiscal / base negativa	54.243	56.693	110.936	50.073	52.302	102.375
	52.243	56.693	110.936	50.073	52.302	102.375

a. Créditos tributários

Movimentação dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias:

	Dez/20	Constituição	(Realização)	Jun/21
Diferenças temporárias (1)				
Imposto de renda	95.130	25.522	(39.015)	81.637
Contribuição social	76.104	20.417	(31.212)	65.309
	171.234	45.939	(70.227)	146.946

- (1) Constituído sobre diferenças temporárias oriundas de processos judiciais (para os quais a expectativa de realização depende de decisão judicial), de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, os quais dependem de pagamentos de dívidas pelos clientes, sobre benefícios pós-emprego, remuneração variável diferida e marcação a mercado.

Expectativa de realização:

O montante de créditos tributários sobre diferenças temporárias em junho de 2021 totalizou R\$ 146.945 (Dez/2020 - R\$ 171.234).

A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada a geração de resultados futuros e realização das operações a ele associadas, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá de acordo com o prazo de vencimento das operações, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma: 2021 – 9,76%; 2022 – 41,37%; 2023 – 11,85%; 2024 – 12,68%; 2025 – 4,90%; 2026 – 3,31%; 2027 – 3,41%; 2028 – 0,01%; 2029 – 0,16%; 2030 – 0,00%; 2031 – 4,76%; 2037 – 7,78%.

Movimentação dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa:

	Dez/20	Constituição	(Realização)	Jun/21
Prejuízo fiscal e base negativa				
Imposto de renda	50.073	15.617	(11.447)	54.243
Contribuição social	<u>52.302</u>	<u>13.548</u>	<u>(9.158)</u>	<u>56.692</u>
	<u>102.375</u>	<u>29.165</u>	<u>(20.605)</u>	<u>110.935</u>

Expectativa de realização:

O montante de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa em junho de 2021 totalizou R\$ 110.935 (Dez/2020 - R\$ 102.375).

A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada a geração de resultados futuros, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá em até 10 anos, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma (% sobre o montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa) 2021 – 7,85%; 2022 – 7,76%; 2023 – 9,57%; 2024 – 11,52%; 2025 – 11,66%; 2026 – 11,79%; 2027 – 11,92%; 2028 – 12,05%; 2029 – 12,19% e 2030 - 3,68%

O valor presente de créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias, descontados ao custo de capital projetado, monta em R\$ 184.873 (2020 - R\$ 241.085).

Efeito em resultados

Segue quadro demonstrativo do efeito em resultado, oriundo dos registros de créditos tributários e impostos diferidos:

	Prejuízo Fiscal	Outras Diferenças temporárias	Efeito líquido
	Receita/(Despesa)	Receita/(Despesa)	Receita/ (Despesa)
Imposto de renda	4.170	(13.494)	(9.324)
Contribuição social	<u>4.390</u>	<u>(10.795)</u>	<u>(6.405)</u>
Efeito em 2021(*)	<u>8.560</u>	<u>(24.289)</u>	<u>(15.729)</u>
Efeito em 2020	<u>(9.600)</u>	<u>37.723</u>	<u>28.122</u>

(*) A diferença entre o efeito no resultado líquido em 2021 e o resultado do ativo fiscal diferido apresentado nas demonstrações de resultados referem-se a contabilização no patrimônio líquido do ajuste de avaliação patrimonial líquida dos efeitos tributários dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda no montante de R\$ 3.625 (R\$3.637 em Dez/2020)

13 Depósitos à vista a prazo e interfinanceiros

Os depósitos à vista totalizavam o montante de R\$ 604.856 (Dez/2020 – R\$ 581.569). Sendo com partes relacionadas R\$ 2.497 (Dez/20 R\$ 4.484).

(a) Os depósitos a prazo são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual entre 70% 105.5% (2020 - entre 70% e 110,0%). Segue abertura por prazo de vencimento:

Depósitos a prazo	<u>Jun/2021</u>	<u>Dez/2020</u>
Faixas de vencimento		
Até 3 meses	815.208	167.514
3 a 12 meses	2.135.716	2.407.683
1 a 3 anos *	231.753	1.338
Acima de 3 anos	70	5.062
Total	<u>3.182.747</u>	<u>2.581.597</u>

*Saldo em partes relacionadas R\$ 209.519 (Dez/20 R\$ 11.464) (nota 19)

(b) Os depósitos interfinanceiros são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual de 100% (Dez/2020 - 100%). Segue abertura por prazo de vencimento:

Depósitos interfinanceiros	<u>Jun/2021</u>	<u>Dez/2020</u>
Faixas de vencimento		
Até 3 meses	43.000	-
Acima de 3 anos	118.658	126.885
Total	<u>161.658</u>	<u>126.885</u>

14 Obrigações por empréstimos e repasses

	<u>Jun/2021</u>		<u>Dez/2020</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Obrigações por tomadas de linha (a)	2.126.845	-	2.556.368	-
Obrigações por empréstimos no exterior (b)	117.940	-	62.859	-
Financiamentos à exportação (c)	30.082	-	381.756	-
Total (nota 19)	<u>2.274.867</u>	<u>-</u>	<u>3.000.983</u>	<u>-</u>

(a) Referem-se às operações de curto prazo de "interbank" com DB New York, em Dólar, com taxa máxima de até 0,89% ao ano e liquidados em março de 2022.

(b) Referem-se basicamente às captações com DB New York, em Dólar, com taxa de juros de até 0,89% e vencimentos até março de 2022.

(c) Referem-se basicamente às captações com o e DB AG New York em Dólar, com taxa de juros de até 0,83% ao ano e vencimentos até março de 2022.

15 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	Jun//2021	Dez/2020
Circulante:		
Impostos e contribuições a recolher (IR fonte, ISS, etc.)	9.128	7.204
Impostos e contribuições sobre lucros	-	29.161
Total	9.128	36.365

16 Outras obrigações diversas

	Jun/2021	Dez/2020
Circulante:		
Despesas de pessoal	21.614	9.132
Despesas administrativas	10.952	8.723
Contas a pagar	21.786	17.301
	54.352	35.156
Não Circulante:		
Despesas de pessoal	18.351	42.869
Despesas administrativas	1.733	825
	20.084	43.694
Total	74.436	78.850

17 Provisões diversas

	Jun/2021	Dez/2020
Circulante:		
Provisão sobre garantias prestadas (*) (nota 9)	79.396	12.091
	79.396	12.091
Não Circulante:		
Provisão sobre garantias prestadas (*) (nota 9)	3.894	76.333
Riscos fiscais e administrativos (nota 18)	146.280	145.537
Passivo atuarial (nota 22c)	74.590	69.066
Passivo contingente (nota 18)	9.633	9.390
	234.397	300.326
Total	313.793	312.417

(*) O Banco reconhece contabilmente o valor da provisão para garantias financeiras prestadas (garantias, fianças e cartas de crédito), em consonância com a Resolução CMN nº 4.512, publicada em 1º de agosto de 2016. A exposição em 30 de junho de 2021 de R\$ 2.879.827 e em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 2.995.197.

Para a mensuração do risco da carteira de garantias prestadas, o Banco utiliza a metodologia de classificações de *rating* de crédito interna que se baseia em um conceito de perda esperada (“*Expected Loss - EL*”), o qual diferencia a probabilidade de inadimplimento (“*Probability of Default - PD*”) de uma contraparte e a perda que ocorrerá caso o inadimplimento venha a ocorrer. Para cada tomador (“pessoa jurídica, por exemplo, matriz, subsidiária, sociedade de propósito específico”), será atribuída uma PD de contraparte (“*Counterparty Probability of Default - CPD*”). Toda classificação de risco possui uma PD associada a ela. No Banco, a PD significa a probabilidade de que os tomadores dentro de uma grade de classificação entre em inadimplência dentro do horizonte de tempo de um ano.

As garantias prestadas estão sujeitas a encargos e são contabilizadas em contas de compensação. Sendo a seguir compostas:

	dez/20		dez/20	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Garantias financeiras prestadas (garantias, fianças e cartas de crédito)	2.879.827	83.290	2.995.197	88.423

Os saldos da provisão para garantias financeiras prestadas por níveis de riscos, são demonstrados a seguir:

Nível de risco	jun/21		dez/20	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA	2.436.808	0	2.397.837	0
A	131.254	656	112.630	563
B	57.044	571	220.178	2.202
C	177.523	5.326	184.426	5.533
D	512	51	0	0
H	76.686	76.686	80.126	80.126
Total	2.879.827	83.290	2.995.197	88.424

18 Contingências passivas

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversas instâncias judiciárias e órgãos governamentais, nos quais se discutem alguns assuntos decorrentes do curso de suas atividades, tais como questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros aplicáveis.

Contingências classificadas com risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como demonstrado a seguir:

		Saldo em	Adição à	Reversão	Reversão	Atualização	Saldo em
		Dez/2020	provisão	Resultado	Depósito/ Pagamento	monetária	Jun/2021
Fiscais							
	IR/CS (a)	7.464	-	-	-	25	7.489
	INSS (b)	137.655	-	-	-	715	138.370
	CSLL	-	-	-	-	-	-
	Total fiscais	145.119	-	-	-	740	145.859
	Trabalhistas	9.390	-	(39)	-	282	9.633
	Cíveis	-	-	-	-	-	-
	Administrativo (c)	417	-	-	-	4	421
	Total provisões	154.926	-	(39)	-	1.026	155.913

- (a) Trata-se de uma provisão feita no valor de R\$ 2.223, que atualizado perfaz R\$ 4.896(em 2020,R\$ 4.871), referente à multa isolada no processo de desmutualização das bolsas relacionado a Deutsche Bank Corretora de Valores. Foi constituída, em Setembro de 2019 uma provisão no valor de R\$ 2.593(valor mantido em 2021) relativo ao mandado de segurança de CSLL do ano base de 1989, que discute o princípio da isonomia na aplicação de alíquotas diferenciadas da contribuição.

Este processo foi transitado em julgado e estamos aguardando a confirmação da conversão em renda da União para assim realizarmos a baixa nos livros contábeis.

- (b) Informamos a existência de execução fiscal relacionada a suposta contribuição devida ao INSS decorrente de Programa de Participação em Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro/1999 a fevereiro/2003. A Administração do Banco provisionou o valor de R\$ 138.370 (em 2020,R\$137.655), correspondente ao valor atualizado do respectivo depósito judicial constituído para essa causa. Informamos que a melhor estimativa da perda esperada para esse caso é o próprio valor do depósito judicial.
- (c) O Banco está envolvido em Processo Administrativo Sancionador instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o Banco e terceiros, relacionado a supostas irregularidades em atividades de administração, gestão, distribuição e custódia de alguns fundos de investimentos. O Banco apresentou recurso administrativo perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Há provisão constituída no valor de R\$421 (em 2020, R\$417).

Contingências classificadas com risco de perda possível

O Banco possui demandas contra si com avaliação de perda classificada como “possível”, sendo elas (i) ação anulatória que visa extinguir o crédito tributário de IRRF constituído pela RFB em 2006 ao interpretar que operações de câmbio conjugadas poderiam resultar em rendimento pré-determinados e, portanto, sujeitos ao imposto de renda de fonte, R\$ 13.329 (em 2020, R\$13.275). Em 03 de Janeiro de 2007 foi realizado um depósito judicial de R\$ 9.566, que atualizado perfaz R\$ 16.804 (em 2019, R\$16.697) (ii) autuação da RFB em relação ao IRPJ e CSLL não incidentes na permuta dos títulos patrimoniais da Cetip em ações da nova companhia, R\$ 154 (em 2020, R\$153). (iii) autuação da RFB em relação ao PIS e COFINS, na qual se questiona a dedutibilidade de perdas auferidas na venda de precatórios em 2009 da base de cálculo das referidas contribuições, R\$ 5.519 (em 2020, R\$5.486), (iv) autuação da RFB , também em relação ao PIS e COFINS, no processo de desmutualização das bolsas ocorrida em 2007, alegando-se que referido ganho na venda dos títulos patrimoniais estaria sujeito à incidência das referidas contribuições, a despeito de se tratar de venda de ativo permanente não sujeita à esta tributação, R\$ 16.882 (em 2020, R\$16.796). Ainda com relação ao processo de desmutualização das bolsas, esta instituição realizou em 12 de junho de 2017 um depósito no valor de R\$ 15.367, que atualizado perfaz R\$ 18.548 (em 2020, R\$18.376), para seguimento das discussões na esfera judicial.

Possui também dois autos de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre o processo de desmutualização das bolsas ocorrido em 2007, com impacto, da mesma forma, nos anos subsequentes de 2008 e 2009. Os autos, originalmente oriundos da incorporação do Deutsche Bank - Corretora de Valores SA em dezembro de 2016, foram devidamente impugnados. A causa de R\$ 14.505 aguarda julgamento por parte do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Já a causa de R\$ 17.527 aguarda julgamento na esfera judicial. Esta instituição realizou em 11 de dezembro de 2018 um depósito no valor de R\$ 16.697 que atualizado perfaz R\$ 18.527 (em 2020, R\$18.340), para seguimento das discussões na esfera judicial..

O Banco recebeu, em dezembro de 2010, autos de infração da Receita Federal no valor de R\$ 35.509, relacionados a supostas contribuições previdenciárias devidas em relação a seu programa de Participação em Lucros e Resultados (período de janeiro de 2005 a dezembro de 2007). Após o término dos processos administrativos decorrentes de impugnações apresentadas pelo Banco, o Banco iniciou a fase judicial de discussão dessa cobrança, através de distribuição de ação anulatória em Dezembro/19, com vistas à desconstituição do crédito tributário. Em junho de 2020 o DB efetuou depósito judicial no valor de R\$ 34.193, que atualizado perfaz R\$ 35.134.

Há execução fiscal ajuizada pela União (Fazenda Nacional) em junho de 2010 referente à cobrança de valores relacionados a contribuição previdenciária (cessão de mão de obra) a cargo do empregador supostamente devidos sobre pagamentos efetuados a empregados a título de participação nos lucros (período de junho de 1995 a janeiro de 1999). Há depósito judicial efetuado em ação declaratória correlata anterior no valor (atualizado) de R\$ 2.958 (em 2020, R\$ 2.938). Em Maio de 2019 foi dado provimento à Apelação apresentada pelo Banco em relação à decisão decorrente da Ação Declaratória supra citada (trânsito em julgado em Agosto/19). Aguarda-se desenvolvimento regular do caso.

Em fevereiro de 2012 foi distribuído procedimento administrativo relacionado ao programa de Participação de Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro de 2007 a fevereiro de 2008. A Impugnação do Banco foi julgada procedente – aguarda-se julgamento do recurso de ofício que foi apresentado pela Secretaria da Receita Federal (fase administrativa). Valor da causa atualizado é de R\$ 6.479 (em 2020, R\$6.381).

Em março de 2019 a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração para cobrança de valores de contribuições previdenciárias supostamente devidos pelo Banco em relação a verbas pagas a título de auxílio alimentação e refeição no período de março de 2014 a dezembro de 2015. O Banco apresentou impugnação em abril de 2019 no respectivo processo administrativo. O valor da causa atualizado é de R\$ 4.754 (em 2020, R\$4.666).

O Banco consta, junto com outras quatro instituições, do polo passivo de ação de indenização distribuída por um Fundo de Investimento em outubro de 2015 em face de seus gestores, administradores e custodiantes. O valor da causa atualizado é de R\$ 44.370 (em 2020, R\$40.822).

O Banco consta do polo passivo de uma ação cível indenizatória movida por suposto descumprimento de deveres decorrentes de contrato de distribuição de quotas de um Fundo de Investimentos. Processo iniciado em Outubro de 2014. Após decisão de segundo grau, o Banco realizou pagamento no valor de R\$ 2.794. Aguarda-se desenvolvimento do processo já em fase de recursos aos tribunais superiores, mas não são esperadas novas condenações ao Banco.

Os processos de natureza trabalhistas e cíveis contra o Banco e classificados com probabilidade de perda “possível” possuem valores agregados de R\$ 25.149 e R\$ 48.105, respectivamente(em 2019, R\$24.915 e R\$44.151).

A Prefeitura do Município de São Paulo lavrou, em junho de 2013, auto de infração contra o Banco relativamente ao Imposto sobre Serviços - ISSQN incidente sobre receitas com rendas de garantias prestadas abrangendo os anos de 2008 a 2011, e nova autuação em abril de 2016, referente ao 1º semestre de 2012. O valor total atualizado é de R\$ 6.358 (em 2020, R\$6.332). Foram realizados dois depósitos sendo um em outubro de 2014 no valor de R\$ 3.076 que atualizado é de R\$ 4.374 (em 2019, R\$4.247) e o outro em outubro de 2018 no valor de R\$1.230 que atualizado é de R\$1.323.

Ainda com relação às discussões com o mesmo órgão municipal, o Banco impetrou quatro ações anulatórias com a finalidade de desconstituir autos de infração lavrados por este Município e que atualmente somam o montante de R\$ 9.456 (em 2020, R\$9.447). Foram realizados alguns depósitos judiciais que somam o montante de R\$ 9.407 (em 2020, R\$ 9.340).

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi constituída provisão para esses casos em face da avaliação de probabilidade de perda “possível” dada pelos consultores jurídicos externos do Banco.

19 Transações com partes relacionadas

a. Transações com empresas ligadas

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão mantém negócios em condições usuais de mercado com as sociedades controladas no país e coligadas no exterior. Os saldos patrimoniais e os resultados gerados destas transações são apresentados como segue:

	Junho/21		Exercício/2020	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Disponibilidades (DEME) (nota 5)	568.547	-	1.564.720	-
DB AG (Frankfurt)	54.191	-	1.515.269	-
DB AG (Tokyo)	29.090	-	310	-
DB AG (New York)	484.902	-	48.984	-
DB AG (London)	317	-	157	-
DB AG (Hong Kong)	47	-	-	-
Depósito à vista (nota 13)	2.497	-	4.484	-
Dt. Bank Secur. Inc.	404	-	545	-
DBUSBZ2 Sàrl	1.483	-	29	-
DMG Group plc	-	-	-	-
DB AG (London)	609	-	3.456	-
DIMA, Inc.	1	-	-	-
Deutsche Morgam Grenffel Co. LTD	-	-	51	-
DB AG Frankfurt(Global Markets)	-	-	48	-
DB AG London Global Markets(Latam Struct Credit)	-	-	355	-
Depósito a prazo (nota 13)	(209.519)	(48)	(11.464)	(97)
Global Markets FIM Crédito Privado de Inv no Exterior	-	-	(1.751)	(97)
DB II Fundo de Investimento Multimercado no Exterior	(7.766)	(48)	(9.713)	-
DB III Fundo de Investimento Multimercado no Exterior	(201.753)	-	-	-
Aplicações em ME (i)	2.207.080	-	-	-
DB AG (London)	19.059	-	-	-
DB AG (Frankfurt)	687.228	-	-	-
DB AG (New York)	1.500.793	-	-	-
Serviços prestados para empresas no exterior (nota 11)	89.245	31.317	117.652	60.879
DB AG (London)	40.045	15.058	33.063	31.007
DB AG (New York)	14.950	2.387	13.764	3.949
DB Trust Co Americas	8.668	97	9.119	6.471
DWS Investm. AU Ltd	-	-	1	-
DWS Group Sv. UK Ltd	-	-	5	-
DWS Investment GmbH	-	31	7.732	3.348
DIMA, Inc.	-	18	5.761	2.202
DB AG (Cayman Isl.)	24.559	8.488	48.031	13.888
Deutsche Bank, Sociedad Anonima Espanhola	9	10	-	-
DeAM (Japan) Limited	-	3	17	-
DeAM SGIIC AS	-	-	5	-
DWS Investm. UK Ltd	-	-	82	5
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	161	180	-	-
DWS Internat. GmbH	-	6	-	9
DeAM Hong Kong Limited	-	-	17	-
DeAM Asia Limited	-	-	11	-
DeAM S.A.	-	-	44	-
DB AG Domestic Bank	124	2.282	-	-
DB AG Hong Kong br	690	876	-	-
Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. Kommanditgesellschaft auf Aktien	-	6	-	-
DB Jacksonville	-	1.726	-	-
DB AG Paris Branch	39	37	-	-
DB AG Brussels br	-	4	-	-
Deutsche Bank (Suisse) SA	-	1	-	-
DB AG Mumbai Branch	-	107	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 14)	(2.274.866)	(7.071)	(3.000.983)	(18.822)
DB AG (Frankfurt)	(160.656)	-	(882.556)	(13)
DB AG (New York)	(2.114.210)	(7.071)	(2.062.522)	(18.809)
DB AG (London)	-	-	(55.905)	-
Carteira de Câmbio - Operações de arbitragem	29.336	(67.836)	(55.136)	(173.405)
DB AG (London)	29.336	(67.836)	(55.136)	(173.405)
Despesas a pagar para empresas no exterior (nota 22d 22f)	(29.782)	(21.362)	(23.289)	(50.867)
DB AG (Frankfurt)	(5.665)	(3.157)	(5.018)	(5.364)
DB AD (London)	(1.019)	(4.573)	(2.837)	(23.602)
DB Jacksonville	(12.493)	(7.236)	(11.311)	(17.396)

	Junho/21		Exercício/2020	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
DBOI	-	-	-	-
DB AG Hong Kong Br	-	-	(96)	(97)
DB AG New York	(4.691)	(3.840)	(1.211)	(1.225)
DB Trust Company Americas NY	(1.707)	(191)	(1.180)	(1.194)
DB AG Singapore Br	(2.642)	(984)	(1.584)	(1.603)
OOO "Deutsche Bank"	(15)	(7)	(11)	(12)
DB Service Centre Limited	(25)	(12)	(15)	(15)
Deutsche Bank (Suisse) SA	(27)	(11)	(20)	(20)
Deutsche AM Distributors, Inc.	-	-	-	(5)
DIM Americas Inc	-	-	-	(53)
RREEF America L.L.C.	-	-	-	(11)
Deutsche Asset Management Investment GmbH	(293)	-	-	(166)
Deutsche Asset Management (UK) Limited	-	(3)	-	(5)
Deutsche Asset Management International GmbH	-	-	(6)	(99)
DB AG Milan	(107)	(115)	-	-
Deutsche Bank Societá per Azioni	(150)	(168)	-	-
DB AG Amsterdam Br.	(941)	(1.051)	-	-
DB AG Paris Branch	(4)	-	-	-
DB AG Brussels Br.	(3)	(7)	-	-
Deutsche Asset Management S.G.I.I.C., S.A.	-	(6)	-	-
Deutsche Investments Australia Limited	-	(1)	-	-

- (i) Operações realizadas com as empresas coligadas e controladas.
- (ii) Representa o valor a receber ou a pagar do contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades.

b. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

b.1 Definição de pessoal-chave da Administração: Tendo em vista a participação e as decisões tomadas, consideramos pessoal-chave os integrantes da Administração do Banco.

b.2 Política: O Banco possui uma política global de remuneração de funcionários, composta por parcelas fixa e variável. Essa política está baseada em alguns fatores, destacando-se entre eles, o resultado global do grupo e a performance individual de cada funcionário.

b.3 Benefícios de curto prazo:

	<u>Jun/2021</u>	<u>Dez/2019</u>
Remuneração fixa	5.265	10.503
Remuneração variável (curto prazo)	1.199	1.855
Encargos trabalhistas	2.278	2.398

b.4 Benefícios de longo prazo:

	<u>Jun/2021</u>	<u>Dez/2019</u>
Remuneração variável (longo prazo)	2.687	3.017
Encargos trabalhistas	959	1.077

b.5 Outras informações: conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas.

Adicionalmente, informamos que não existem quaisquer outras transações entre o pessoal-chave e a entidade e também que o pessoal-chave da Administração possui participação no fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado).

20 Patrimônio Líquido –

a. Capital social

O capital social está totalmente integralizado e se divide em 801.494.530 (801.494.530 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Prejuízos / Lucros acumulados / Reserva de lucro

O lucro acumulado em 2021 refere-se ao resultado auferido no semestre.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial, registrado no patrimônio líquido, refere-se aos ganhos/perdas não realizadas, deduzidos dos efeitos tributários, do ajuste a valor de mercado dos títulos classificados em disponível para venda no montante de R\$ (4.431) (R\$1.390 no primeiro semestre de 2020) .

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação pertinente.

No semestre findo em 30 de junho de 2021 não foram distribuídos dividendos e ou juros sobre capital próprio, assim como no exercício findo em 2020.

De acordo com a Resolução CMN 4.820 de 25 de maio de 2020 fica estabelecido por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à recompra de ações e à redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando os potenciais efeitos da pandemia do coronavírus (Covid-19) sobre o Sistema Financeiro Nacional.

e. Lucro por ação

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico para suas ações ordinárias. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias.

f. Limites de patrimônio - implementação da Basileia III –

Através de um pacote de medidas, publicadas desde 2006, o CMN e o BACEN regulamentaram o cálculo de requerimento mínimo de capital baseados no acordo de Basileia. A seguir é apresentado o resumo dos efeitos dos requerimentos desses acordos.

	<u>Jun/2021</u>	<u>Jun/2020</u>
Risco operacional	45.672	48.178
Risco de crédito	464.682	525.408
Risco de moeda/cambial	1.348	738
Risco de juros	<u>161.666</u>	<u>88.261</u>

Total Patrimônio Líquido exigido – PLE	673.368	662.585
Patrimônio referência	1.479.229	1.522.540
Margem para limite Basileia	805.861	859.955
Percentual de utilização	45,52%	43,52%
Índice Basileia	17,57%	18,38%
RBAN	33.758	6.429
Razão de alavancagem *	12,18%	13,11%

(*) Por meio de instrução definida na Resolução 4.557/2017, o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional, implementaram uma nova metodologia de cálculo para a carteira bancária, denominada IRRBB, com aplicabilidade em Janeiro/2020. Sendo assim, o montante apresentado na linha indicada como IRRBB/Rban para o semestre findo de 30 de junho de 2021 foi calculado conforme descrito na Circular 3.876/2019.

21 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	Jun/2021	Jun/2020	Jun/2021	Jun/2020
Resultado antes dos tributos e participações	23.083	(15.339)	23.083	(15.339)
JCP	-	-	-	-
Efeitos marcação a mercado	(48.987)	37.819	(48.987)	37.819
Adições (exclusões) permanentes líquidas	10.163	619	4.892	619
Adições (exclusões) temporárias líquidas	(940)	48.186	(940)	47.797
Base de cálculo	(16.681)	71.285	(21.952)	70.896
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa	(7)	(21.386)	(0)	(21.269)
Base de cálculo após compensações	(16.688)	49.899	(21.952)	49.627
Impostos correntes	(1)	(12.165)	(6)	(9.703)
Incentivos fiscais / IR Agência				
Ativo fiscal diferido	(11.337)	16.164	(8.016)	13.096
Resultado de Imposto de renda e Contribuição social no período	(11.338)	3.999	(8.022)	3.393

22 Outras informações

- a. O saldo de disponibilidades refere-se, substancialmente, ao saldo em conta corrente em bancos no exterior.
- b. Receitas de prestação de serviços são compostas por:

	<u>Jun/2021</u>	<u>Jun/2020</u>
Serviços prestados às empresas relacionadas	30.736	31.543
Serviços de custódia	5.539	5.460
Rendas de garantias prestadas	9.641	7.373
Comissão de estruturação	419	326
Comissão de colocação de títulos	2.214	-
Outras	1.102	1.598
Total	<u>49.651</u>	<u>46.300</u>

- c. De acordo com o CPC33 homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, a partir de 1º de janeiro de 2016, o Banco constituiu provisões sobre benefícios pós-emprego caracterizados como benefícios de término de vínculo empregatício, os quais reconhecidos como uma despesa quando o Banco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando reconhece os custos de uma reestruturação. Caso os pagamentos sejam liquidados após 12 meses da data do balanço, os mesmos são descontados aos seus valores presentes, sendo esses:
- Seguro saúde: Trata-se da provisão do direito dos funcionários, após a aposentadoria, de serem mantidos como beneficiários do plano de saúde do Banco, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência dos seus contratos de trabalho (Lei 9.656/98 artigos 30 e 31). A provisão constituída sobre essa modalidade foi R\$ 74.590 e de R\$ 69.066 em Dez/2020 .
 - Fundo garantidor por tempo de serviços (FGTS): Trata-se da provisão da multa de 50% do FGTS, sendo 40% assegurada somente aos funcionários demitidos sem justa causa e não aos que tenham o direito do gozo do benefício de aposentadoria. Não há provisão nas políticas internas do DBSA de que funcionários aposentados serão compulsoriamente desligados do quadro funcional da empresa. Dessa maneira, o mesmo deixou de ser considerado nos cálculos atuariais de benefícios pós-emprego e passou a integrar as despesas correntes do Banco, caso houvesse desligamentos no ano de 2020 e a provisão constituída sobre essa modalidade no montante de R\$ 8.277 foi revertida em 2019. Em 2020 o Instituto Brasileiro de Atuários se pronunciou oficialmente recomendando que a multa de FGTS deve ser considerada como parte do benefício pós emprego devendo compor a base de cálculo atuarial. No 1º semestre de 2021 a provisão constituída nessa modalidade foi de R\$ 927.
 - O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocina o fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado), que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e beneficiários. Os planos de benefícios mantidos pelo Banco são, basicamente, da modalidade de contribuição definida, sendo que também existe uma pequena parcela da modalidade de benefício definido. No exercício findo em 31 de dezembro data da última reavaliação disponível, sendo esta anual, o plano de benefícios do Banco apresentou superavit de R\$ 597.

d. Outras despesas administrativas são compostas por:

	<u>Jun/2021</u>	<u>Jun/2020</u>
Serviços técnicos especializados	(7.928)	(8.626)
Processamento de dados	(5.303)	(6.509)
Comunicação	(3.986)	(3.622)
Seguros	(993)	(621)
Serviços do sistema financeiro	(6.775)	(4.895)
Aluguéis	(2.676)	(2.199)
Depreciação e amortização	(1.812)	(1.593)
Viagens	(18)	(267)
Serviços de terceiros	(4.102)	(1.032)
Manutenção e conservação de bens	(3.345)	(2.640)
Publicidade e propaganda	(190)	(100)
Serviços de Empresas no Exterior(*)	(16.353)	(5.783)
Outras	(2.193)	(2.725)
Total	<u>(55.674)</u>	<u>(40.012)</u>

**com partes relacionadas*

e. Outras receitas operacionais são compostas por:

	<u>Jun/2021</u>	<u>Jun/2020</u>
Atualização de depósitos judiciais	1.958	2,414
Atualização taxa Selic – tributos	134	137
Renda de recebíveis	21.018	16,649
Reversões de provisões judiciais (nota18)	39	415
Reversões de provisão sobre remuneração	12.987	-
Variação cambial sobre valores a receber	-	33.443
Dividendos sobre investimentos - ações e quotas	159	-
Outras	34	126
Total	<u>36.329</u>	<u>53.184</u>

f. Outras despesas operacionais são compostas por:

	<u>Jun/2021</u>	<u>Jun/2020</u>
Despesas com processos judiciais / reversões	(4)	(548)
Variação cambial sobre valores a receber	(1.247)	-
Variação monetária sobre processos judiciais (nota 18)	(1.025)	(1.831)
Serviços prestados por empresas no exterior(*)	(4.891)	(18.346)
Despesas sobre fianças	-	(41)
Outras	(1.002)	(523)
Total	<u>(8.169)</u>	<u>(21.289)</u>

**com partes relacionadas*

g. Resultado de operações de câmbio:

	<u>Jun/2021</u>	<u>Jun/2020</u>
Receitas (despesas) com variação cambial	(73.545)	35.084
Receitas com exportação, importação e financeiro	6.078	12.222
Outras	(422)	(937)
Total	<u>(67.889)</u>	<u>46.369</u>

h. Acordo de compensação e liquidação de obrigações - Resolução 3.263/05

O Banco possui operações com acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN, firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes com as quais possui essa modalidade de acordo. Seguem os montantes cobertos por essa modalidade:

	<u>Jun/2021</u>	<u>Jun/2020</u>
Ativo – Exposição	1.055.393	1.014.516
Passivo – Garantidor	(453.648)	(202.979)
Resultado líquido	<u>601.745</u>	<u>811.537</u>

i. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 30 de junho de 2021 e 2020 não houve resultado material a ser classificado como não recorrente.

23 Gerenciamento de riscos

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank Brasil, doravante denominados nesta nota como Banco, apresenta estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, Mercado, Risco de taxa de juros no Banking Book (IRRB - *Interest rate risk in the banking book*), Liquidez, Operacional, Reputacional e Responsabilidade Socioambiental.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do Banco, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017 o Banco segue uma abordagem integrada de gestão de risco que garante consistência no padrão de gestão de risco, permitindo a adaptação a requisitos específicos de cada tipo de risco.

a. Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e controle de risco operacional. O Banco possui uma base histórica de eventos operacionais, bem como manuais de procedimentos, processos de auto avaliação de riscos e testes de estresse, que proporcionam o controle dos eventos e a adequada alocação de capital.

b. Risco de mercado e Risco de taxa de juros na Carteira Bancária

A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura de Riscos de Mercado e IRRBB seguem as diretrizes instituídas para controle de riscos globais do Banco, assim como a regulamentação em vigor.

Gerenciamento de Risco de Mercado

O Risco de Mercado é o risco de perdas em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado de forma independente das áreas de Negócios no monitoramento contínuo dos níveis de risco de mercado, através de relatórios que são gerados com diversas métricas de gerenciamento, como as sensibilidades, os valores nocionais das operações e testes de estresse da carteira.

As principais ferramentas utilizadas pelo Banco para quantificar e gerir o risco de mercado e taxas de juros na carteira bancária são:

- *Value-at-Risk (VaR)*: é uma métrica que resume a exposição de um ativo e/ou carteira ao risco de mercado durante condições normais de mercado. O VaR é expresso como um valor absoluto de perda que não é esperado que seja ultrapassado por um determinado nível de confiança em um horizonte específico de tempo. O VaR é geralmente expresso como um valor monetário, que possibilita comparações diretas de possíveis classes de ativos. E 1 dia de *holding period (Stress Testing)*: medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisto periodicamente pela área de *MRM*.

Análise de sensibilidade

Para fins de apuração dos testes de sensibilidade, as carteiras são segregadas entre negociação (*Trading Book*) e Bancária (*Banking Book*). Essa segregação visa confirmar que a carteira de não negociação apresenta as mesmas condições de captação e repasse, de forma que não geram impacto em caso de condições extremas nas taxas de mercado

Risco de Taxa de juros

O monitoramento, controle e gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária do DB Brasil é realizado pela área de *MRM*, com base em metodologias que são consistentes com as características da carteira bancária e que consideram a maturidade, a liquidez e a sensibilidade ao risco dos instrumentos classificados nessa carteira.

Os principais controles do risco de taxa de juros da carteira bancária são:

- IRRBB – EVE: Monitorar o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária do DB Brasil em diferentes cenários de taxas de juros, fluxos de caixas (pré-pagamento de operações pré-fixadas) e moedas;
- IRRBB – NII: Monitorar o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano;

- RBAN: O DB Brasil utiliza para cálculo do capital requerido para a RBAN a mesma metodologia do VaR e SVaR (Stressed Value at Risk ou Valor em Risco Estressado) da carteira de negociação para taxa pré-fixada utilizando a média de cálculo o prazo de cento e oitenta (180) dias e com o time decay (decadência de prazo) de sessenta (60) dias. Para cupom cambial e índices de inflação, é utilizada a metodologia maturity ladder (escala de prazos de vencimentos), a mesma utilizada na RWA_JUR 2 e 3 da carteira de negociação;
- PV01 da Carteira Bancária: Relatório diário com as sensibilidades do preço da carteira bancária no que diz respeito às mudanças na taxa de juros subjacente.

Date	Total VaR*
30-Jun-21	2,042,296
30-Dez-20	4.711.089

*em milhares de reais

c. Risco de crédito

O Banco possui políticas e estratégias visando minimizar o risco decorrente da exposição ao risco de crédito, abrangendo todos os instrumentos financeiros que possam gerá-lo, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.

Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito

O Banco gerencia o risco de crédito de uma forma coordenada em todos os níveis da Organização. Os seguintes princípios sustentam o princípio de gerenciamento de risco de crédito:

- Todas as divisões de crédito devem obedecer aos mesmos padrões nos seus respectivos processos de decisão de crédito;
- A aprovação de limite de crédito para clientes e o gerenciamento de exposição ao risco de crédito devem estar de acordo com as políticas e estratégias do Banco;
- O Banco mensura e consolida todas as exposições e cada grupo econômico de forma global.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está definida na Política de Gerenciamento do Risco de Crédito – Deutsche Bank Brasil – em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, aprovada pelo Comitê de Diretoria Executiva. A respectiva Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito está divulgada na intranet e na *webpage* local do Banco. A mesma se encontra publicada em conjunto com as demonstrações contábeis que contém um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito na *webpage* do Banco.

As atividades ligadas ao gerenciamento de risco de crédito são realizadas pela área de CRM (Credit Risk Management - Gerenciamento de Risco de Crédito), sendo essa área segregada das demais áreas de Negócios do Banco, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM do Banco é responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do Banco;
- Tomar decisões de crédito relacionadas a transações para clientes brasileiros. As subsidiárias de empresas multinacionais (Multi-National Company – MNC) são cobertas pela equipe de subsidiárias de MNC dentro da divisão global de CRM;
- Submeter nomes para inclusão na lista de observação (Watchlist) e participação nas reuniões de atualização da Watchlist para manter a gerência sênior atualizada sobre os créditos de risco crescente;
- Preparar relatórios de crédito para revisão periódica.
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

O Banco mantém uma quantidade suficiente de profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e monitoramento da carteira de crédito e não adota qualquer tipo de estrutura remuneratória que incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo Banco.

Da mesma forma, o Banco possui um Diretor Estatutário responsável pelo gerenciamento de Riscos, incluindo a área de CRM, podendo a mesmo desempenhar outras funções no Banco, exceto as relativas à administração de recursos de terceiros e realização de operações sujeitas ao risco de crédito.

Limites de Crédito

Os limites de crédito estabelecem o valor máximo de risco de crédito que o Banco está disposto a assumir junto a uma contraparte/Grupo econômico, por rating, prazo, produto, garantias e retornos.

Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM através da execução das autoridades de crédito atribuídas.

A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar, renovar ou alterar limites vigentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com o nível de qualificação e experiência do profissional. São necessários 2 aprovadores para cada decisão de crédito, tendo pelo menos um deles a alçada mínima correspondente.

Os limites operacionais referentes a alçadas de aprovação do risco de crédito são revisados e submetidos para aprovação do Comitê da Diretoria Executiva com periodicidade mínima anual.

Classificação do Risco de Crédito e Provisionamento

Uma das ferramentas utilizadas na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito é o *rating* interno atribuído às contrapartes. O Grupo DB conta com área global especializada em atribuição de rating, responsável pelo desenvolvimento, validação e a manutenção dos modelos adotados (GCAF: *Global Credit Analytics Function*).

Os sistemas de classificação e gerenciamento de risco do Banco são periodicamente revisados, tanto pelo BACEN quanto pela área de Auditoria Interna.

O sistema de *rating* do Grupo DB, possui vinte e uma (21) escalas que vão de iAAA a iD, sendo que o primeiro rating reflete a melhor qualidade de crédito e o último, a pior – consequentemente, a cada nível de rating corresponde um percentual de provisionamento.

Sobre a carteira de operações de crédito e de outros créditos com característica de concessão de crédito, são aplicados critérios de provisionamento.

Para fins de constituição de provisão, a qual visa refletir o nível de risco adequado em cada operação, são considerados todos os aspectos determinantes de risco de crédito, entre os quais destacamos a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação, a eventual existência de valores em atraso e as garantias existentes.

Os aspectos acima mencionados são considerados na definição dos ratings internos dos clientes os quais são mapeados para a tabela de ratings do BACEN, conforme estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999. Para fins de provisionamento, leva-se em consideração a comparação do provisionamento apurado pela metodologia estabelecida segundo essa resolução e a perda esperada (*expected loss*) apurada de acordo com a Resolução CMN nº 4557/2017. O provisionamento final deve ser o maior.

Risco de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual o Banco está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O Banco mantém controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes do Banco.

Mitigadores do Risco de Crédito

Várias técnicas de mitigação de crédito são proativamente empregadas a fim de reduzir o risco de crédito do portfólio. Os mitigantes de risco são de forma geral divididos em três categorias:

- Transferência de risco a uma terceira parte;
- Garantias ou colaterais;
- Netting ou compensação.

A transferência de risco a terceiros é uma parte relevante do processo de gerenciamento de risco e é executado de várias formas, sejam venda do risco, hedge simples ou de um portfólio ou através de seguro de crédito.

As garantias são sujeitas a frequentes avaliações e revisões, dependendo de suas características específicas e ambiente jurídico.

Embora essas técnicas possam garantir ou possam ser uma fonte alternativa de repagamento, elas não substituem os elevados padrões de concessão de crédito que tem na contraparte a fonte primária de repagamento.

Monitoramento do Risco de Crédito

O monitoramento das exposições do portfólio sujeitas ao risco de crédito é feito continuamente pela área de CRM. As diretrizes de apetite ao crédito são igualmente monitoradas e revisadas de forma regular, de forma a estarem em linha com diferentes estágios de ciclo de crédito, bem como adequadas ao ambiente macroeconômico vigente e às necessidades do negócio.

Nesse contexto, o Banco mantém processos capazes de identificar e agregar, de forma contínua, as exposições sujeitas ao risco de concentração, através de relatórios periódicos que são apresentados e debatidos nas reuniões mensais do CROC (Comitê de Supervisão de Risco e Capital - Capital and Risk Oversight Committee).

A área de CRM elabora relatórios de crédito que são apresentados mensalmente ao CROC e posteriormente encaminhados para conhecimento da Diretoria Executiva (*BoD – Board of Directors*). Estes relatórios, em linha com as políticas internas e exigências regulatórias, visam prover visão geral sobre o desempenho do portfólio de crédito e incluem as seguintes informações:

- Exposição geral;
- Abertura por classificação de risco;
- Exposições sujeitas ao risco de concentração;
- Maiores devedores;
- Posição dos provisionamentos;

- Aprovações relevantes e recentes revisões de classificação de risco;
- Avaliação e a expectativa de desempenho das exposições ao risco de crédito, abordando sua classificação e as respectivas provisões;
- Exposições significativas caracterizadas como ativos problemáticos, incluindo características, histórico e perspectivas de recuperação; e
- Informações sobre execução de mitigadores e exposições em reestruturação
- Demais informações que vierem a ser relevantes.

As revisões de crédito de clientes cujas operações excedem 5% do PL Ajustado do Banco, são feitas em base semestral. Para tanto, todo mês a área de CRM faz um controle dos nomes elegíveis e elabora um relatório para cumprimento à Resolução CMN nº 2.682/1999.

Ao menor sinal de deterioração da qualidade de um crédito as ações de monitoramento são intensificadas e os créditos problemáticos são incluídos em uma lista de monitoramento (Watch List) e passam a ser acompanhados trimestralmente.

CRM também monitora as utilizações em aberto nos limites de crédito, através de relatórios de excedentes distribuídos para todos os analistas de crédito em base diária. Todos os excedentes dos limites de crédito são investigados e apenas encerrados mediante solução definitiva. Os excedentes de crédito que tenham sido deliberadamente causados pela área de negócios precisam ser imediatamente informados à Diretoria Executiva do Banco.

Sistemas de Crédito

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do Banco, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e de Infraestrutura.

Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes (incluindo conjuntos de redes), conforme estipulado nos acordos legais entre o Banco e o cliente;
- Classificações de *rating* por contraparte e probabilidade de perda para cada transação/ limite para suportar o cálculo do capital econômico do Banco;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os termos dos limites de crédito, conforme definidos nas respectivas aprovações de crédito;
- Informação sobre o volume de utilização dos limites de crédito;
- Descrição do setor de atividade, país de localização e demais dados estáticos de forma a permitir adequada gestão do portfólio e periódicas revisões setoriais.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade do Banco não honrar suas obrigações em qualquer momento, seja pelo resgate antecipado de depósitos ou aumento de obrigações/garantias.

O gerenciamento de risco de liquidez estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e alinhado às diretrizes globais do Grupo Deutsche Bank é executado pela área de *Treasury* - Tesouraria, que é uma unidade segredada das áreas de negócios, auditoria interna e gestão de recursos de terceiros. *Treasury* é responsável pela identificação, mensuração, gerenciamento do risco de liquidez e sua aplicação, além disso, tem autoridade para

executar as medidas necessárias para manter o risco de liquidez em nível adequado.

Os temas referentes ao risco de Liquidez são discutidos mensalmente no CROC e BoD – *Board of Directors* – Diretoria Executiva.

Processos:

As principais ferramentas utilizadas no Gerenciamento do Risco de Liquidez são:

- Teste de Estresse de Liquidez;
- Saída Máxima de Caixa;
- Saída Máxima de Caixa por Moedas;
- Teste de Aderência de Liquidez;
- Composição Diária de Caixa;
- Perfil das Captações
- Reserva Mínima de Liquidez; e
- Aprovação de Novos Produtos.
- Plano de Contingencia de Liquidez;

Buscando gerenciar de forma prospectiva o Risco de Liquidez do Banco, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez que define responsabilidades e procedimentos a serem adotados em caso de crise sistêmica ou idiossincrática de liquidez. Estrutura de gerenciamento de capital

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital tem por objetivo garantir que o Banco mantenha um nível de capital adequado a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e os níveis definidos no apetite de risco interno do DB Brasil.

Responsabilidade

A área de *Treasury* é responsável por garantir que o Banco mantenha um nível adequado de capital a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, também é de responsabilidade da área implementar a estrutura de gerenciamento de capital e emitir diretrizes internas com o intuito de executar todas as medidas necessárias para o gerenciamento do capital do Banco.

Plano de Capital

O Banco administra um modelo de capital prospectivo, desta forma, procurando alinhar o plano de capital com o planejamento estratégico para um horizonte mínimo de três anos.

O plano é elaborado considerando as principais oportunidades e ameaças apresentadas no mercado, projeções de balanços, receita, despesas e distribuição/retenção de dividendos.

Processos de Gerenciamento de Capital

- Relatórios Gerenciais distribuídos diariamente e mensalmente;
- Plano de Capital;
- Simulação de Eventos Severos atrelado ao Plano de Contingência de Capital; e
- Aprovação de novos produtos.

e. Responsabilidade Socioambiental

Associado às diretrizes de sustentabilidade definidas no Sustainability Principles (Princípios de Sustentabilidade do Grupo DB) e em aderência a Resolução 4.327/14 do Banco Central do Brasil, o DB Brasil estabeleceu diretrizes e padrões locais para a identificação, avaliação, gerenciamento e mitigação dos riscos reputacionais que surjam como consequência da possível materialização de riscos socioambientais como resultado das atividades comerciais exercidas pelo DB Brasil.

24 Outros assuntos

Em março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos.

No Brasil, medidas de diversas naturezas foram adotadas, nos âmbitos, de liquidez, monetário, creditício, cambial e fiscal. Destacamos a seguir itens do balanço com potencial impacto.

- **Instrumentos financeiros:** cujo valor de mercado pode variar de forma significativa dada a volatilidade de preços destes ativos, principalmente aqueles emitidos por empresas privadas que incluem um maior risco de crédito;
- **operações de crédito:** aumento das inadimplências da carteira e potencial execução de garantias.
- **créditos tributários:** cuja realização dependerá do resultado futuro, que poderá ser afetado em função dos desdobramentos da pandemia caso esta se prolongue por um longo período de tempo;
- **captações:** aumento da volatilidade, bem como incertezas nos mercados de crédito e capitais geralmente reduzem a liquidez, pode haver elevação dos custos de captação para instituições financeiras, impactando a capacidade em substituir, oportunamente e a custos reduzidos, as obrigações que estão vencendo e/ou o acesso a recursos para executar nossa estratégia de crescimento;

A Administração do Banco vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao COVID-19, observando com a devida atenção as orientações governamentais, OMS e assessoria especializada. O Banco vem adotando diversas medidas de prevenção para preservarmos a segurança e a saúde de seus colaboradores. O Banco possui plano de continuidade dos negócios para situações de crise e o mesmo foi implementado para garantir a continuidade das operações do Banco. A gestão dessa crise se dá por meio de reuniões recorrentes e frequentes relatos à Diretoria Executiva.

Devido às incertezas e os reflexos econômicos que a pandemia pode causar a Diretoria Executiva vem sendo permanentemente atualizada sobre o desempenho do portfólio de crédito do Banco realizando uma gestão ativa do mesmo.



Documento:	Relatório do Comitê de Auditoria
Diretor Estatutário Responsável:	RUI FERNANDO RAMOS ALVES
Diretoria Estatutária:	BETINA MACHADO FERRAZ JAIME CASTROMIL LASSALA
Data-Base do Relatório:	1º Semestre 2021

Introdução

Em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198/04, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”), instituiu o Comitê de Auditoria (“Comitê”). As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e dos demais comitês corporativos assim como nas suas próprias análises.

Atividades do Comitê

Compete ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna, pela efetividade das atividades de responsabilidade da Ouvidoria e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos. Nesse contexto, o Comitê reuniu-se, no mínimo, trimestralmente durante o 1º semestre de 2021 e realizou a reunião de encerramento no dia 26 de agosto de 2021.

Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

O Comitê considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos de auditoria interna e nos relatórios produzidos pela auditoria externa, bem como devidamente suportado pelas informações e relatórios dos comitês corporativos do Banco, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Banco.

Auditoria Externa

O Comitê discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao 1º semestre de 2021. Os principais pontos discutidos relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos, assim como da apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras.

**Auditoria Interna**

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisa o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações.

Demonstrações Financeiras

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Controles Internos e Auditorias Interna e Externa, para análise das demonstrações financeiras relativas ao 1º semestre de 2021. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à preparação e apresentação de tais demonstrações, incluindo a análise das principais práticas contábeis e o atendimento pelo Banco dos regulamentos e da legislação aplicável. O Comitê constatou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Conclusão

Com base nas considerações acima, e em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, o Comitê entende que as demonstrações contábeis apresentadas para o encerramento do 1º semestre de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes e recomenda sua aprovação à Diretoria Executiva.

São Paulo, 26 de agosto de 2021

JAIME CASTROMIL LASSALA
Diretor

RUI FERNANDO RAMOS ALVES
Diretor

BETINA MACHADO FERRAZ
Diretora